



GT 32. Em busca do bem viver: maternidade e protagonismo político das mães entre povos tradicionais

Coordenador(es):

Ediviges Marta Ioris (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Mônica Thereza Soares Pechincha (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Apesar de fundamentais na organização social, na obtenção e preparo dos meios de sustento e bem viver da família, ou nos processos de mobilização e luta por reconhecimento e direitos entre os povos tradicionais, as “mães” constituem uma categoria pouco problematizada em termos de posição ou protagonismo político. Embora os avanços etnológicos na abordagem sobre maternidade, outrora recolhida à esfera do “doméstico” e seus ofícios, o papel político que as mães desempenham ainda é matéria inicial de pesquisa, apesar do registro cada vez maior de mulheres indígenas e quilombolas, e de outros setores do campesinato, destacando-se na luta por direitos e para assegurar condições de vida aos filhos/as, sobretudo na saúde e educação. Nelas, evidencia-se a condição de maternidade como propulsora de enfrentamentos em espaços públicos, além de modos de resistência cultural, nos quais os/as filhos/as representam possibilidades de reprodução de um modo particular de vida. Este GT objetiva uma reflexão sobre o papel político das “mães” na organização dos povos tradicionais e frente aos seus processos de luta por direitos e acesso a serviços e políticas públicas, e que permita, simultaneamente, problematizar o entendimento da noção de “mãe” junto a estes povos. Assim, serão bem-vindas contribuições que abordem processos nos quais “mães” indígenas, quilombolas, ou de outros pertencimentos étnicos, encontram-se mobilizadas em vários modos de luta para assegurar o bem viver de seus familiares.

O protagonismo das mães na luta pelo território e manutenção da unidade do grupo familiar Kanela do Araguaia

Autoria: Francine Pereira Rebelo (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Neste work destaco o protagonismo das mães na luta pelo território e manutenção da unidade do grupo familiar Kanela do Araguaia. Trata-se de uma pesquisa iniciada junto aos Kanela do Araguaia da aldeia Tapiraká, município de Santa Terezinha, Mato Grosso (MT). A partir das trajetórias de duas mães e seus empreendimentos em relação aos seus/suas filhos/as e demais membros da comunidade, faço uma reflexão sobre sua importância nos processos de resistência e reelaboração étnica de seu povo. Estas mulheres impulsionaram as principais forças motivadoras para manutenção de suas tradições culturais, lutas por reconhecimento das suas diferenças étnicas e direitos territoriais, mobilizadas após um longo período em que se viram obrigadas a ocultar suas origens étnicas em razão de violências que lhes eram impetradas. Afirmando-se como Kanela do Araguaia, tem como marco fundador na afirmação de suas origens étnicas a implantação da aldeia Tapiraká, no ano de 2016, resultado de um longo processo de luta pela sobrevivência e união do grupo, também liderado por mães indígenas. Na luta pela manutenção do grupo familiar e território, as matriarcas compartilham com seus/suas filhos/as e netos/as seus sonhos e ideais de bem viver, elaborando estratégias de agregação que envolvem memórias, luta cotidiana por sobrevivência e relação com o Estado.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: